

## ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PESCA – CEPESCA.

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às 8h 30min no Auditório da Federação da Indústria do Estado de Mato Grosso - FIEMT ocorreu a 4ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Pesca – CEPESCA, com a seguinte pauta: 1) Abertura da reunião, discussão e votação das atas da 2ª e 3ª Reuniões Ordinárias do dia 17 de abril de 2015 e 19 de junho de 2015; 2) Apresentação do Parecer nº 15/SUBPGMA sobre o Conselho Estadual de Pesca - CEPESCA; 3) Discussão sobre a Convocação da Reunião Extraordinária para eleição do novo Presidente do CEPESCA; 4) Ampliação do prazo dos trabalhos da Câmara Técnica Temporária da Piracema; 5) Deliberação sobre criação de Grupo de Trabalho para discussão sobre a regulamentação do Uso do Anzol de Galho; 6) Deliberação sobre criação de Grupo de Trabalho para discussão sobre a Minuta de Lei da Pesca. A reunião foi presidida pela Srª. Ana Luiza Avila Peterlini de Souza, Presidente do Conselho Estadual da Pesca (CEPESCA), assessorada pela Srª. Gabriela Rocha Priante Teles de Ávila, Secretária Executiva do CEPESCA com a presença dos seguintes representantes institucionais do Conselho: Sr. Lídio Coletto, representante da Bacia Araguaia-Pousada Alto Xingu, Sr. Keve Zobogany de Szönyi de Silimon representante do IESCBAP, Sr. Cesar Esteves Soares representante do IBAMA, Sr. Francisco de Assis Ribeiro de Souza, representantes da Bacia Araguaia-Colônia Z 09, Srª. Julita Burko Duleba, representante da Bacia Amazônica-Colônia Z 16, Sr. Lindembergue Gomes de Lima representante do MPA, Srª. Débora Fernandes Calheiros, representante da Bacia Paraguai-Colônia Z 10, Srª. Lúcia Aparecida de Fátima Mateus, representante da UFMT, Srª. Eliani Fachim, representante da SEMA/MT, Sr. Cairo Bernardino da Costa, representante da Bacia Paraguai-Oasis do Pantanal, Sr. Francisco de Arruda Machado representante do MPE. A Reunião foi aberta pela Srª. Ana Luiza Avila Peterlini de Souza e inicia perguntando ao Conselho se tem alguma observação sobre requerimentos de urgência que tivessem fora da pauta, para ser inserido. Ela solicita que Gabriela Priante, relate os informes: 1) Substituição dos representantes do CONSEMA, publicado no Diário Oficial nº. 26569 em 06/07/15, designando como Titular o Sr. Joaquim Paiva de Paula (CREA/MT) e como Suplente a Srª. Marília Carnelutti (Instituto Floresta de Pesquisa e Desenvolvimento Sustentável – IFPDS); 2) Justificativa de Ausência dos representantes da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer – SECEL, em função dos mesmos estarem de férias, conforme e-mail encaminhado em 07/08/15 pela representante Titular Mayla Melo; 3) Projetos de Lei de Consolidação da Legislação Estadual Ambiental pela Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Recursos Minerais da Assembleia Legislativa de MT; 4) Inclusão do link do CEPESCA no site da SEMA. O Sr. Lindembergue, propõe uma manifestação do CEPESCA aos referidos Projetos de Lei da Assembleia Legislativa, de forma que seja respeitada a discussão da temática pesca pelo Conselho Pleno. Foi aprovada por unanimidade a proposição de Moção dirigida à Assembleia Legislativa referente ao Projeto de Lei nº 459/2015 e ao Projeto de Lei Complementar nº 18/2015. As atas da 2ª e 3ª Reuniões Ordinárias do dia 17 de abril de 2015 e 19 de junho de 2015, respectivamente, foram aprovadas após algumas correções pelo Conselho Pleno. O Sr. César solicita que o CONSEMA, seja oficializado em relação às ausências nas reuniões do CEPESCA. O Sr. Lindembergue solicita que seja realizado um levantamento do registro de frequência das Instituições e que as mesmas sejam notificadas, antes de se aplicar o que está estabelecido no Regimento Interno, sobre a exclusão das Instituições com ausências injustificadas. Decidiu-se, então que na próxima reunião ordinária seja apresentado o levantamento do registro de frequência das Instituições. Inicia-se a discussão da segunda pauta, Apresentação do Parecer nº

41 15/SUBPGMA. Como o referido Parecer conclui que “os atos privativos da Presidência do CEPESCA  
42 ocorridos após 15/01/15, são legítimos” o Conselho Pleno se sente esclarecido e respaldado juridicamente  
43 na continuidade de seus trabalhos. Inicia-se então a discussão da terceira pauta, sobre a Eleição da  
44 Presidência. O Sr. Francisco Machado reforça que são quatro candidatos à Presidência do CEPESCA e se  
45 os mesmos desistirem da candidatura, a escolha do Presidente poderia ser resolvida, mantendo a  
46 presidência com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente. O Sr. Lindembergue desiste de sua candidatura e  
47 recomenda que os demais candidatos também oficiem sua decisão. A Sr<sup>a</sup>. Ana Peterlini reforça o que está  
48 estabelecido no artigo 37 do Regimento Interno “A eleição do Presidente do CEPESCA será realizada em  
49 reunião extraordinária convocada apenas para este objetivo.” O Sr. Francisco Machado, sugere então que a  
50 reunião seja marcada para o mesmo dia da próxima reunião ordinária de forma a otimizar o deslocamento  
51 dos conselheiros que não moram em Cuiabá. A sugestão foi acatada por unanimidade pelo Conselho Pleno,  
52 ficando marcada a Reunião Extraordinária para a eleição do Presidente no próximo dia 16/10, às 08:30 h,  
53 mantendo as quatro candidaturas, que se inscreveram dentro do prazo regimental até o dia 19/05/15. Os  
54 resultados parciais da Câmara Técnica da Piracema foram apresentados por meio do Ofício  
55 002/CTP/CEPESCA de 18.06.15. A Sr<sup>a</sup>. Lucia Mateus explica os trabalhos desenvolvidos pela referida  
56 Câmara Técnica. Foram realizadas três reuniões de trabalho com objetivo de definir os procedimentos  
57 necessários para o monitoramento da piracema dentro do estado de Mato Grosso. As reuniões tiveram como  
58 foco o ajuste do período de piracema que melhor se apresentar para as diferentes bacias hidrográficas do  
59 estado, conforme Resolução CEPESCA Nº 002/2015 de 17 de abril de 2015. Os trabalhos realizados pelos  
60 membros foram: 1) Compilação dos dados disponíveis referente a estudos já realizados sobre a análise do  
61 desenvolvimento gonadal das espécies de peixes migradoras de piracema das três regiões hidrográficas do  
62 estado; 2) Definição da metodologia utilizada para análise e interpretação dos dados compilados; 3)  
63 Discussão desses dados com os setores representados na câmara técnica, de modo que fosse possível  
64 averiguar quais os meses mais importantes nos quais ocorrem os processos reprodutivos dos peixes de  
65 piracema. Os dados analisados também possibilitaram avaliar o período real da piracema, frente,  
66 principalmente, a Notificação Recomendatória do Ministério Público Estadual – MPE, que propõe que esse  
67 período de defeso/piracema ocorra de outubro a março. Após as análises e discussões a câmara técnica  
68 decidiu encaminhar ao CEPESCA os resultados acordados, o item A foi definido pela maioria de votos e o  
69 item B e C por consenso, sendo eles: A) O Período de Piracema de 2015/2016 na data de 01/11/2015 a  
70 29/02/2016 nas três regiões hidrográficas do estado de Mato Grosso. B) O início da piracema também foi  
71 consensual para outubro de cada ano. C) As adequações necessárias referentes ao término do defeso da  
72 piracema nas diferentes bacias hidrográficas, em 2016/2017, sejam conforme os resultados das análises dos  
73 dados obtidos em pesquisa baseada no Projeto de Monitoramento que ainda será realizado, cuja proposta  
74 técnica e financeira ainda não foi entregue em função da paralisação das atividades do CEPESCA,  
75 temporariamente. O projeto previsto no item B será detalhado com critérios, periodicidade, ações,  
76 procedimentos e métodos adequados à realização do monitoramento nas três regiões hidrográficas do  
77 estado de Mato Grosso, como também a estimativa dos valores monetários para a execução do projeto. O  
78 Sr. Lindembergue recomenda que a Câmara Técnica da Piracema, conclua suas atividades o quanto antes,  
79 em função da urgência desta temática. O Sr. Francisco Machado, reforça o posicionamento do MPE de que o  
80 período de defeso/piracema ocorra de outubro a março. O Sr. Cairo Costa, informa que se o período da

81 Piracema se estender até março haverá um impacto negativo para o setor empresarial de turismo de pesca.  
82 O Sr. Francisco Machado comenta sobre a importância da atuação das atividades de fiscalização da pesca  
83 de forma a subsidiar as decisões do CEPESCA. O Sr. Lindembergue reforça que em março, a pesca é mais  
84 forte na região do Pantanal. A Sr<sup>a</sup>. Lúcia Mateus reforça sobre a importância do monitoramento da pesca  
85 para que o Conselho Pleno se posicione em relação às incertezas do período de defeso e sugere que seja  
86 acatada a recomendação da Câmara Técnica da Piracema, sendo para o ano de 2015, aprovado o período  
87 de defeso de novembro a fevereiro e após a apresentação dos trabalhos conclusivos da referida Câmara  
88 Técnica, esta discussão seja retomada para a decisão do período de defeso do próximo ano. A Sr<sup>a</sup>. Ana  
89 Peterlini propõe como encaminhamento que seja prorrogada a Portaria da Câmara Técnica da Piracema e  
90 que na próxima reunião ordinária, em 16/10 sejam apresentados os resultados conclusivos. E coloca em  
91 votação a deliberação do período de defeso de 2015/2016 para os meses de novembro a fevereiro, conforme  
92 as contribuições do Conselho Pleno. Esta proposta foi aprovada por maioria, 10 votos, sendo 01 voto  
93 contrário, o do MPE, que propõe o período de novembro a março. Ficaram marcadas as próximas reuniões  
94 da Câmara Técnica da Piracema para os próximos dias 04 e 25/09 às 09 h na SEMA, para conclusão de  
95 seus trabalhos. Sobre as próximas pautas para criação de Grupos de Trabalhos para discussão sobre a  
96 regulamentação do Uso do Anzol de Galho e para discussão sobre a Minuta de Lei da Pesca, foi sugerido  
97 pelo Sr. Cesar Soares que não seja criado Grupos de Trabalhos e que estes assuntos devam ser  
98 encaminhados e discutidos pelo Conselho Pleno. Esta sugestão foi acatada por unanimidade. O Sr. Lídio  
99 Coletto reforça sobre a importância de se discutir a atividade do Pesca e Solte. O Sr. Francisco Machado se  
100 posiciona veemente contrário à esta atividade, em função dos problemas diretos que afetam a população de  
101 peixes e se dispõe a realizar uma apresentação ao CEPESCA. O Sr. Lídio Coletto reforça a importância da  
102 da atividade do Pesca e Solte para manutenção do peixe no rio. O Sr. Francisco Assis, se opõe a esta  
103 afirmação, mencionando que não é correto responsabilizar o Pescador pela falta de peixe no rio. Relata o  
104 que as grandes caravanas de turistas realizam na região do Araguaia e que algumas pousadas da região,  
105 estão transportando carne de tartaruga na forma de linguiça, concluindo que a sua região está esquecida. A  
106 Sr<sup>a</sup>. Julita Duleba complementa que os pescadores não podem ser penalizados e que o problema maior com  
107 a falta do peixe é a degradação ambiental. A Sr<sup>a</sup>. Ana Peterlini explica sobre as ações da SEMA em relação à  
108 Fiscalização e sobre a estruturação da Secretaria para atender todas as necessidades em prol do meio  
109 ambiente e clama toda a sociedade para se envolver e se comprometer conjuntamente em sua defesa. O Sr.  
110 Francisco Machado propõe que seja retomada a discussão da Lei da Pesca, pelo Conselho Pleno. A Sr<sup>a</sup>.  
111 Débora Calheiros propõe uma discussão sobre as hidrelétricas na Bacia do Alto Paraguai no CEPESCA e se  
112 propõe para realizar uma apresentação sobre este tema. O Sr. Francisco Machado se propõe a realizar  
113 também, uma apresentação sobre o Impacto das Hidrelétricas na população de Peixes. O Sr. Cesar Soares,  
114 chama a atenção de que se ficarem ocorrendo muitas apresentações no CEPESCA, o objetivo do Conselho  
115 será desviado que é tratar sobre a Lei da Pesca. Fica aprovada, então, por unanimidade que seja retomada a  
116 discussão da Lei da Pesca no Conselho Pleno dando continuidade na discussão iniciada em 2014. O Sr.  
117 Lindembergue sugere, então, que o CEPESCA tenha representação nas Audiências Públicas sobre os  
118 empreendimentos energéticos. A Sr<sup>a</sup>. Lucia Mateus sugere que a discussão do Pesca e Solte seja  
119 organizada na forma de um grande Seminário, de forma a envolver vários segmentos da sociedade e não  
120 seja discutida no Conselho Pleno, porém sugere que o CEPESCA possa conduzir esta discussão. O Sr. Lídio

121 Coletto reforça que não é contra a atividade dos Pescadores e que em sua fala anterior, se referiu também  
122 às grandes caravanas, que ocupam as margens dos rios, deixam resíduos sólidos e promovem grande  
123 degradação ambiental. Pede desculpas, caso tenha ofendido o segmento dos Pescadores Profissionais e se  
124 coloca como parceiro nesta temática. Nada mais havendo a declarar a reunião encerrou às 11 h e 40 min e  
125 eu, Gabriela Rocha Priante Teles de Ávila, lavrei esta ATA que será assinada pela Presidente e pela  
126 Secretária Executiva do Conselho Estadual de Pesca – CEPESCA.

127

128

129

130

131

  
Ana Luiza Avila Peterlini de Souza  
Presidente do CEPESCA

  
Gabriela Rocha Priante Teles de Ávila  
Secretária Executiva do CEPESCA